



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

Apresentação: 25/05/2021 12:01 - CFFC

REQ n.98/2021

**Requerimento nº de 2021
(Do Sr. Aureo Ribeiro)**

Requer a realização de Audiência Pública para discutir sobre as inúmeras suspeitas de fraudes relacionadas ao pagamento do “seguro-desemprego do pescador”, ou “seguro defeso”.

Senhor Presidente,

Nos termos do Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, que seja realizada reunião de Audiência Pública para discutir sobre as inúmeras suspeitas de fraudes relacionadas ao pagamento do “seguro-desemprego do pescador”, ou “seguro defeso”.

Portanto, solicito que sejam convidados a comparecer a este órgão técnico:

- A Ministra de Estado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a Sra. Tereza Cristina Correa da Costa Dias;
- o Presidente do INSS, o Sr. Leonardo Rolim.

JUSTIFICAÇÃO

O Seguro Defeso é um benefício pago pelo INSS ao pescador profissional artesanal, impedindo-o de realizar atividade de pesca em razão da necessidade de prevenção de determinada espécie.¹



¹ GOV, disponível em:<<https://www.gov.br/inss/pt-br/saiba-mais/seguro-defeso-pescador-artesanal>> Acesso em 03/05/2021

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aureo Ribeiro

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212654861500> Fl. 1 de 4





CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

Apresentação: 25/05/2021 12:01 - CFFC

REQ n.98/2021



LexEdit

Recentemente, em novembro de 2020, ocorreu um Encontro de Integridade e Combate a Fraudes, promovido pelo Instituto Nacional do Seguro Social, com intuito de detectar, corrigir e prevenir irregularidades e fraudes no Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal (Seguro Defeso).²

No encontro, os primeiros resultados do Grupo de Trabalho criado com o objetivo de detectar, corrigir e prevenir irregularidades e fraudes no Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal (Seguro Defeso) foram apresentados. Com auxílio de tecnologia e monitoramento, foram analisados 261 mil requerimentos do benefício com o bloqueio de 55.503 parcelas de 20.189 contas, num valor total de R\$ 58.000.635,00.

Além disso, o INSS também publicou portaria que estabelece uma rotina de apuração da integridade dos dados repassados ao Instituto relacionados à concessão de Seguro Defeso. Em vez de buscar o resarcimento, a medida visa bloquear pagamentos indevidos antes mesmo que sejam efetivados.

Numa sucinta pesquisa nos veículos de comunicação, fica fácil constatar número expressivo de matérias indicando ocorrência de irregularidades no pagamento e procedimento realizados por sindicatos e associações que representam os pescadores, fatos que podem estar ocorrendo no cadastramento dos beneficiários.

O problema não é de agora. Em fevereiro de 2011, o Senador Mário Couto (PSDB/PA) denunciou em Plenário a corrupção generalizada no Estado do Pará, em seu discurso citou nomes de pessoas que morreram há mais de 20 anos e aparecem até hoje na folha de pagamento da Colônia de Pescadores Z-10.³

Em 2016, tiveram início as investigações sobre obtenção suspeita de matrículas do Cadastro Único do INSS. A Polícia Federal, juntamente com o apoio da Coordenação-Geral da Inteligência Previdenciária e da Secretaria da

²GOV, disponível em:<<https://www.gov.br/pt-br/noticias/justica-e-seguranca/2020/11/combate-a-fraudes-no-seguro-defeso-ja-bloqueou-r-58-milhoes>> Acesso em 03/05/2021

³Senado, disponível em:<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/02/04/mario-couto-denuncia-corrupcao-generalizada-no-pará/>> Acesso em 03/05/2021





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

Apresentação: 25/05/2021 12:01 - CFFC

REQ n.98/2021



Previdência do Ministério da Fazenda, identificou esquemas de recebimento irregular de seguro defeso por pessoas que não laboravam na pesca artesanal.

A operação da Polícia Federal, chamada “Anzol sem Ponta”, apurou fraudes na concessão do Seguro-Desemprego do Pescador Profissional Artesanal (SDPA) em 2018.⁴ Constatou-se que pessoas jurídicas, associações e colônias de pescadores estariam fornecendo documentos e registrando como pescadores pessoas que não trabalham na atividade pesqueira ou não possuem os requisitos legais para obtenção do benefício.

No ano de 2017 a Controladoria-Geral da União (CGU) divulgou o resultado da avaliação sobre os pagamentos do Seguro Desemprego ao Pescador Artesanal⁵. O tema foi selecionado em razão de sua materialidade (volume de recursos envolvidos), uma vez que o pagamento do Seguro Defeso mais que triplicou de valor, passando de R\$ 602 milhões em 2008 para quase R\$ 2 bilhões em 2015.

Entre as constatações, na época, 66% dos entrevistados, embora indicados como exclusivamente pescadores, não exerciam a pesca no período analisado pela entrevista (2013 e 2014), ou praticaram outras atividades remuneradas. Além disso, detectou-se que os controles existentes no sistema eram vulneráveis e não evitavam a ocorrência de falhas no cadastro dos pescadores, nem mitigavam os riscos de exploração das vulnerabilidades. Verificou-se também que o órgão responsável pelo Seguro-Defeso não era capaz de verificar se os registrados são de fato pescadores. Fora outros problemas nas superintendências que impactaram diretamente na fidedignidade das informações constantes nos cadastros dos pescadores.

Como se percebe, esse não é um problema recente, e ainda está longe de ser resolvido. Por isso, diante da urgência e da sensibilidade das questões ora relatadas, solicitamos aos pares desta Comissão a aprovação deste requerimento de reunião de audiência pública.

⁴Globo, disponível em <<https://g1.globo.com/go/goias/noticia/pf-deflagra-operacao-contra-fraudes-de-r-500-mil-no-seguro-desemprego-do-pescador-artesanal-em-go-e-mg.ghtml>> Acesso em: 03/05/2021

⁵GOV. CGU avalia regularidade dos pagamentos. Disponível em <<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2017/10/cgu-avalia-regularidade-dos-pagamentos-do-seguro-defeso-ao-pescador-artesanal>>. Acessado em 2/5/2021

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aureo Ribeiro

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212654861500> Fl. 3 de 4



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

Sala da Comissão, de 2021.

AUREO RIBEIRO
Presidente da CFFC

Apresentação: 25/05/2021 12:01 - CFFC

REQ n.98/2021



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aureo Ribeiro
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212654861500> Fl. 4 de 4

* C D 2 1 2 6 5 4 8 6 1 5 0 0 *